

ARGHIRI EMMANUEL E A TROCA DESIGUAL: A NEGAÇÃO DE MARX

Vinícius Vieira Pereira¹

Resumo

Partindo da tese de Arghiri Emmanuel acerca da existência de uma troca desigual no mercado mundial capitalista, busca-se questionar a validade e factibilidade da proposta do teórico marxista greco-francês à luz da teoria do valor de Marx. Atribuindo às consideráveis diferenças salariais existentes entre os países centrais e periféricos, as quais sobreviviam em virtude da baixa mobilidade internacional do fator trabalho, a chave para a explicação da chamada troca desigual, defende-se que Emmanuel, ao transmutar o problema fundamental da troca desigual da esfera da produção para a da circulação, onde imperam as grandezas monetárias, mantém sua tese na superfície dos problemas, não avançando no que diz respeito a apresentar uma teoria revolucionária do comércio mundial capitalista, chegando mesmo a corromper a teoria marxista do valor e apresentar uma análise cujo caráter aparente, pequeno burguês e anticrítico é a completa negação do pensamento de Marx.

Palavras-chave: *Arghiri Emmanuel, troca desigual, Marx, teoria do valor*

1. Introdução

A década de 1960 foi, especialmente, um período no qual grande parte das preocupações dos economistas se voltou para a questão das desigualdades, seja no que se refere ao comércio internacional, seja quanto ao desenvolvimento econômico de um modo geral. Segundo Palloix (1972), tal interesse, destacado principalmente entre os economistas marxistas, e em seu caso particular, os marxistas franceses, ressurgia como proposição dentro das teorias do imperialismo. Mas, apesar dos economistas envolvidos no debate buscarem aporte teórico nas teses de Marx, como foram os casos de Henri Denis, Arghiri Emmanuel, Charles Bettelheim, Samir Amin e o próprio Christian Palloix, as diferenças de abordagem sobre a questão da desigualdade das trocas no sistema capitalista mundial eram de grande monta.

Para Emmanuel (1972, p.1), em comum restava apenas a consciência recíproca de ser “os pobres do mundo” ou os “ricos do mundo”, a qual já se fazia sentir, respectivamente, entre os povos dos países subdesenvolvidos e os dos países desenvolvidos. Para ele, mesmo antes da Segunda Grande Guerra, o fenômeno de um intercâmbio desigual já era conhecido, mas naquele momento, início da década de 1960, essa noção universalizara-se e alcançara o “primeiro plano das preocupações tanto científicas como políticas, do mundo contemporâneo”.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: vinieco@terra.com.br

Interessante notar que boa parte dos autores que se debruçaram sobre o tema das trocas internacionais, especialmente aqueles que apresentavam uma perspectiva crítica dentro da economia política, e de modo mais enfático, os economistas de linhagem marxista, frequentemente escreviam a expressão troca desigual colocando-a entre aspas, a exemplo de Bettelheim, Palloix e por vezes, Emmanuel, Amin e Frank. A impressão que tal artifício deixa é a de certa dúvida, por vezes, ironia, da parte do autor, ou mesmo de uma utilização da expressão em sentido figurado, talvez como inverídica, suspeita ou portadora de sua própria negação, i.e., com a intenção velada de expressar o oposto do que, de fato, exprime.

De partida, pode-se garantir que os entendimentos teórico, empírico e ideológico dessa expressão, mesmo se tratando de autores que se basearam na teoria do valor de Marx, diferem de autor para autor. Para alguns, veremos que o termo é considerado um artifício ideológico, pois a partir de uma desigualdade imanente, marca indelével do modo de produção capitalista, expressar-se em termos de uma troca desigual pressupõe a existência de uma possível igualdade das trocas dentro dos marcos do capitalismo. Para outros, como Emmanuel, é possível, sim, usar a expressão troca desigual no sistema capitalista, desde que se admita a existência de dois tipos de intercâmbio desigual: um em sentido amplo e outro, restrito. Há também quem considere a expressão válida apenas para a esfera da circulação, na dimensão das trocas, não sendo possível admiti-la no terreno da produção de valor na sociedade burguesa. Mandel (1964), por exemplo, considerava que o comércio entre países industrialmente avançados e atrasados baseava-se exclusivamente na desigualdade das trocas e na transferência de valor dos últimos para os primeiros.

Após a década de 1970, alguns autores começaram a diferenciar as expressões “troca desigual” e “intercâmbio desigual”. A primeira, para se referir aos casos em que a troca se efetivava a despeito da diferença entre preço e valor, em outras palavras, nos casos em que o preço de venda não correspondia ao valor da mercadoria. Enquanto a segunda era reservada para se aludir às perdas e ganhos no comércio mundial em virtude de desníveis tecnológicos (Borges Neto, 2011, p.92). Assim sendo, convém explorar um pouco mais o assunto, antes de partirmos para o objeto central deste trabalho.

2. A expressão ‘troca desigual’ à luz do pensamento de Marx

É conveniente abrir essa análise destacando que, em geral, todos aqueles que, de uma forma ou outra, se preocuparam com a existência de uma desigualdade no intercâmbio de mercadorias e serviços no sistema capitalista mundial, grosso modo, referiam-se às perdas que a maioria dos países sofria no comércio mundial quando estabelecia trocas com outros países que apresentavam nível tecnológico da produção, e por extensão, produtividade do trabalho, superiores. Assim, num balanço de perdas e ganhos, mantendo-se dentro da teoria do valor trabalho, o comércio mundial

servia de mecanismo para que a maior parte da humanidade trocasse mais trabalho por menos trabalho, o que reforçava a impressão de que o elevado grau de desenvolvimento de alguns poucos países era alcançado em detrimento do profundo estado de subdesenvolvimento dos demais participantes da troca.

Portanto, em geral, o termo refere-se ao intercâmbio entre países com destacada diferença de nível tecnológico e de inserção do progresso técnico na produção nacional em geral, em outras palavras, ao comércio entre o centro e a periferia. E é com este tipo de desigualdade de intercâmbio que nos preocuparemos ao longo deste artigo. Em virtude da base teórica e metodológica predominantemente marxista sobre a qual se desenvolveu a chamada teoria da troca desigual, antes de avançarmos, faremos uma análise da expressão ‘troca desigual’ à luz do pensamento de Marx.

Marx (1983a, p. 80) afirmava que, para todo aquele que tem uma mercadoria e deseja participar de uma troca, “toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria”. Assim, estendendo o raciocínio ao sistema capitalista, e tomando-se de empréstimo a abordagem marxista do valor, toda troca é, aparentemente, entre equivalentes, afinal, a troca se efetua somente quando ambas as partes creem estar trocando produtos que se equivalem em valor.

Mas, apesar do valor de uma mercadoria ser determinado pela quantidade de “substância constituidora de valor” (ibidem, p. 47) que ela possui, i.e., de trabalho humano abstrato despendido em sua produção, quantum esse que é medido em termos de tempo socialmente necessário de trabalho, na relação de troca de mercadorias o valor de troca se desprende do valor e torna-se independente desse. Assim, a *forma valor*, o valor de troca, bem como seus desenvolvimentos posteriores, até a *forma dinheiro*, acaba por ocultar, na relação de troca das mercadorias, no espaço mercantil, o *valor* imanente da mercadoria.

Segundo Marx (1983a, p.87), “não é por causa do dinheiro que todas as mercadorias se tornam comensuráveis”, mas por serem, enquanto valores, trabalho humano objetivado. É isso que permite à sociedade convencionar e eleger uma mercadoria como sendo a medida comum de valor, no caso do desdobramento completo das trocas, tal mercadoria toma a forma do dinheiro. É justamente pelo fato de todas as mercadorias possuírem um valor imanente, tempo de trabalho humano abstrato, que elas podem se manifestar sob a forma dinheiro como medida de valor. Em outras palavras, a representação de sua quantidade constituidora de valor, tempo de trabalho, ou sua exteriorização, se dá pela forma aparente do dinheiro.

Mas, como o dinheiro também é mercadoria, ele somente pode expressar seu valor relativamente em termos de outra mercadoria. E o preço, “denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria” (Marx, 1983a), será, simultaneamente, o expoente da grandeza de valor da mercadoria e o expoente da relação de troca da mercadoria com o dinheiro. Por isso, Marx afirma que a transformação da grandeza de valor imanente da mercadoria em preço é uma relação

necessária para que ocorra a relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária que existe *exterior* a ela. Daí que, se o preço coincidir ou não com essa grandeza de valor contida na mercadoria, será apenas um fato circunstancial que em nada alterará o hábito e a prática das trocas mercantis.

A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza do valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra. (Marx, 1983a, p.92)

E acrescenta ainda,

A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão de valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. (Marx, 1983a, p.93)

Sendo a forma preço a representação do valor na esfera da circulação, ou no espaço mercantil, a sociedade burguesa se satisfaz assim, dando base de sustentação à ideologia da troca de produtos por seus equivalentes, da igualdade, da reciprocidade. Sobre isso, Marx assim se manifesta:

É exatamente essa forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que objetivamente vela, em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, portanto, as relações sociais entre os produtores privados. (...) Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. (Marx, 1983a, p.73)

Sabe-se que no mercado, seja interno, seja o relativo ao intercâmbio mundial, as mercadorias não são trocadas pelos seus valores, mas pelos seus preços. Segundo Marx (1984a, p.138), “o valor é apenas o centro de gravitação em torno do qual giram seus preços”. Ao apresentar a transformação dos *valores em preços de produção*, Marx evidencia o fato de que na troca mercantil cada capitalista pode, ou não, se apropriar da mais-valia produzida por seus trabalhadores, haja vista, na concorrência intercapitalista, a busca por uma taxa de lucro médio conduzir ao fato de que capitais com composições orgânicas mais elevadas se apropriam de uma parcela da mais-valia gerada pelos trabalhadores dos setores, ou capitais, cuja composição orgânica encontra-se abaixo da média. Somente os capitais com composição orgânica média igualarão os valores aos preços de produção.

Nesse sentido, capitais cujas forças produtivas estejam em estágios mais desenvolvidos se apropriarão de parte do mais trabalho produzido pelos capitais cujas forças produtivas estejam em estágios preliminares. Esse mecanismo, por si só, já poderia ser apontado como uma primeira desigualdade das trocas, uma vez que vender uma mercadoria por um preço menor que seu valor seria, nesses termos, uma troca desigual, afinal há uma transferência de valor do vendedor para o

comprador, apesar de se tratar de procedimento ordinário e imanente ao desenvolvimento capitalista.

Mas, por sua vez, nem mesmo será, necessariamente, ao nível dos *preços de produção*, categoria teórica que representa o resultado da lei do valor quando esta opera concretamente no modo de produção mercantil do tipo capitalista plenamente desenvolvido, que as mercadorias serão trocadas, pois os desenvolvimentos teóricos de Marx prosseguem e outras importantes categorias surgem, como as de *valor individual e de mercado*, *preço de mercado*, *superlucro*, com o objetivo de decifrar como a lei do valor vai ficando oculta no mundo das trocas, um mundo no qual várias forças sociais atuam simultaneamente e, dessa forma, ser possível fazer a transição entre o abstrato e o concreto, de modo que os conceitos se posicionem, ou se realizem, e o concreto, que é a realidade do modo capitalista de produção, seja a real representação fenomênica do processo de abstração.

Por isso, há que se distinguir entre o valor individual de uma mercadoria, ou o tempo de trabalho abstrato necessário para seu produtor produzi-la, e um valor social para essa mercadoria, ou um tempo de trabalho abstrato socialmente necessário pra produzi-la, um tempo que, em média, ou nas condições médias daquele setor, os produtores necessitam para produzi-la. Como as proporções entre capital constante e variável se diferenciam de produtor para produtor, de ramo para ramo e de nação para nação, há, portanto, a necessidade de se diferenciar o *valor de mercado*, ou *valor social*, daquele *valor individual* das mercadorias produzidas isoladamente por cada produtor particular. O valor de mercado torna-se, então, um valor médio das mercadorias produzidas em cada esfera, ou o valor da mercadoria produzida nas condições médias de cada um dos ramos, o que não impede o valor individual das mercadorias de estar abaixo, acima ou no mesmo nível do valor médio do mercado para aquele ramo.

Pela ótica do valor de mercado, o mesmo pode ser dito de outra forma. O valor de mercado poderá ser tanto o valor médio das mercadorias produzidas naquele ramo, como poderá ser igual ao valor individual da mercadoria produzida em piores condições ou, ainda, igual ao valor da mercadoria produzida nas melhores condições. Do precedente pode-se extrair, adicionalmente, que as empresas que apresentarem níveis de produtividade superiores, portanto acima das condições socialmente dominantes, produzirão, no mesmo tempo de trabalho, mesmo sem a necessidade da utilização de trabalho complexo, utilizando somente trabalho simples, mais valor e uma mais-valia superior à média.

Complementando, o valor individual de algumas mercadorias poderá lhes garantir um superlucro, realizando uma parte extraordinária de mais-valia, porquanto acima daquela gerada em seu processo de produção, ou lhes custar a transferência de parte de sua mais-valia para outros capitais. Tudo isso, sem levar em conta outras forças que influirão na determinação dos valores e

dos preços de mercado, tais como o grau de concentração e centralização do capital em cada ramo, mecanismos oriundos de forças políticas e institucionais, a oferta e a procura sociais, etc., os quais podem garantir, para além dos preços de mercado, um preço de monopólio. Assim, os preços vigentes no mercado serão os preços empíricos, que flutuam, em última instância, ao redor dos preços de produção, como sustenta Marx (1983a, p.139), “o preço de produção é, ele mesmo, o centro em torno do qual giram os preços cotidianos de mercado e em relação ao qual eles se compensam dentro de determinados períodos”.

Na dimensão das trocas, onde a economia burguesa procura assentar sua base teórica e ideológica, atuam a concorrência entre compradores, a procura e a oferta do mercado, as condições de monopólio, as taxas de lucro médio vigentes, enfim, uma série de variáveis que se encontram no espaço da circulação de mercadorias e da concorrência entre capitais e entre compradores. Tais variáveis dependem, entre outros, da maior ou menor mobilidade dos fatores de produção entre setores, ou mesmo entre países, como é o caso do mercado internacional, haja vista, tal mobilidade alterar os custos e, por extensão, os preços desses fatores e serem fundamentais para que as desigualdades maiores e menores entre seus preços se equalize. Em outras palavras, seria necessário que capital e mão-de-obra migrassem o mais rápido possível de uma esfera para outra, ou de um país para outro, para que os capitalistas pudessem extrair a máxima vantagem de uma conjuntura que, por exemplo, lhes permita uma taxa de lucro acima da média.

No espaço das trocas, o intercâmbio de mercadorias significa, portanto, uma transferência constante de trabalho excedente entre capitais, seja no nível nacional ou mesmo internacional. Afinal, para Marx (1983b, p.145-148), no mercado mundial, na ausência de uma média mundial de intensidade de trabalho que sirva de padrão para a medida de valor em tempo de trabalho, o que ocorre é o estabelecimento de uma escala das médias de cada país, de onde se extrai uma unidade média do trabalho universal. Assim, em alguns países, onde os trabalhos são mais intensivos, potenciados, os trabalhadores conseguem criar mais valor e mais mais-valia num mesmo quantum de tempo de trabalho. O valor de mercado de cada mercadoria torna-se um valor internacional, em torno do qual os países trocarão suas mercadorias. Como a comercialização de um produto, seja ele produzido pelos capitalistas de um país atrasado ou por aqueles da nação industrialmente avançada, dar-se-á a um único preço, no momento do intercâmbio mundial, os capitais dos países mais produtivos, conseguirão trocar menos trabalho por mais trabalho, por extensão, menos valor por mais valor, apropriando-se de mais-valia produzida pelos trabalhadores dos países atrasados. Uma troca desigual?

Seguindo o entendimento de Mandel, não há equalização da taxa de lucro no mercado mundial capitalista devido a considerável imobilidade internacional dos fatores trabalho e capital.

O comércio entre países industrializados e subdesenvolvidos não se baseia numa troca igual de valores, mas sim, numa constante transferência de valores (lucros excedentes) do país subdesenvolvido para o industrial, exatamente da mesma forma que, no mercado nacional de um país capitalista, as trocas entre firmas transferem lucros excedentes para aquelas que detêm algum poder de monopólio sobre *know-how* técnico (e por isso produzem num nível de produtividade acima da média nacional)². (Mandel, 1964a, p.4, tradução nossa)

Além disso, como há apenas um preço pelo qual a mercadoria é transacionada, preço este que é uma média dos preços de produção daquele item entre os países avançados e os atrasados, os preços tenderão a garantir uma troca desigual. Os capitalistas dos países industrializados buscarão, de início, que os preços dos manufaturados exportados fiquem acima do preço de produção prevalecente nesses países e que os produtos primários sejam importados por esses países a preços inferiores aos preços de produção neles prevalecentes. Extraíndo vantagens da divisão internacional do trabalho, o resultado será uma constante troca de quantidades desiguais de trabalho que garantam um sobrelucro aos produtores dos países industrializados. Sobre essa questão da diferença de valor devida ao nível tecnológico, Marx assim se manifesta:

Pois mesmo se valor da força de trabalho, duração da jornada de trabalho e grau de exploração do trabalho (taxa de mais valia) fossem equalizados em todos os lugares, mesmo assim as massas de mais-valia contidas nos valores das diferentes espécies de mercadorias seriam desiguais, conforme a diferente composição orgânica dos capitais adiantados para sua produção. (Marx, 1984b, p.32)

Portanto, para Marx, que em nenhum momento se utiliza da expressão troca desigual, a concorrência capitalista, a partir da qual se estabelece uma taxa de lucro médio, trataria de transferir parcelas de mais-valia de capitais mais intensivos para aqueles menos intensivos em trabalho, dos capitais de menor para os de maior composição orgânica, daqueles com maior para os de menor teor tecnológico, pois a massa de mercadorias gerada em uma hora de trabalho mais intensivo é maior do que a gerada em uma hora de trabalho realizado sob condições técnicas mais rudimentares. Daí a razão da desigualdade entre as massas de mais-valia contidas nos valores das diferentes espécies de mercadorias produzidas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Adicionalmente, vale lembrar que, para Marx, não era a quantidade de trabalho realmente objetivado na mercadoria que determinava seu valor, mas sim a quantidade de trabalho vivo necessária para produzi-la, pois cada nova invenção tecnológica que permitisse reduzir o tempo de trabalho necessário baixaria o valor tanto da mercadoria produzida sob as condições técnicas mais produtivas quanto daquelas produzidas anteriormente à invenção e que aguardavam em estoque.

² “Trade between industrialized and underdeveloped countries at ‘world market prices’ is not based on an equal exchange of value, but on a constant *transfer of value* (surplus profit) from the underdeveloped to the industrial countries, exactly in the same way as exchanges between firms some of which enjoy monopolies of technical know-how (and so produce at a level of productivity *above* the national average) transfer surplus profits to those firms on the national market of a capitalist country”. (Mandel, 1964, p. 4)

Por isso, Brown (1978, p.214) relaciona a expressão troca desigual com a quantidade de trabalho direto cristalizada nos diferentes bens cambiados no mercado mundial. Esse autor afirma que a troca desigual é apenas uma das formas de desigualdade que marca as relações econômicas entre as nações. Para ele, um país rico, seja em um recurso abundante ou em meios indiretos de produção, pode obter mais trabalho direto e assim, no momento da troca, entregar menos bens do que um país pobre, de modo que “a riqueza e a pobreza tornam-se cumulativamente polarizadas”, criando um hiato entre esses dois polos que cresce impulsionado pela “constante deterioração das relações de troca para os países pobres”, haja vista os preços de seus produtos se elevarem mais lentamente, e baixarem mais rapidamente, do que os preços dos produtos dos países ricos.

Por sua vez, Borges Neto (2011, p.93) considera que tal mecanismo constitui-se num “*intercâmbio desigual*”, pois refere-se aos ganhos e às perdas que ocorrem no comércio internacional em virtude das diferenças tecnológicas, enquanto a expressão “*troca desigual*”, intensamente debatida pelos chamados autores neomarxistas nos anos 1960, em especial, Emmanuel, ponto chave deste artigo, indicaria, por sua vez, a venda por um preço distinto do valor.

A questão da diferenciação dos preços em relação ao valor se vincula ao tema das transferências de valor na circulação, ou seja, no momento da venda. Se uma mercadoria é alienada por um preço distinto do seu valor, é feita uma *transferência de valor* entre o comprador e o vendedor. Há uma *troca desigual*, isto é, troca *combinada com transferência de valor na circulação*. Comprar uma mercadoria por um preço inferior a seu valor, por exemplo, significa pagar um valor menor para obter um valor maior. (Borges Neto, 2011, p.91, *itálicos no original*)

Para a expressão *intercâmbio desigual*, Borges Neto faz outra ressalva, pois considera que este ocorrerá toda vez que, estabelecidas as trocas suficientemente sistemáticas, os preços internacionais se desviarem dos valores internacionais, aqueles obtidos a partir de uma escala que funcione como média dos trabalhos nacionais, donde se retira uma média universal. Nesses casos, há transferência de valor na esfera da circulação e, assim, constitui-se um intercâmbio desigual, uma perda, ou um ganho, no momento da troca de uma mercadoria por outra.

Seguindo tal perspectiva, não há propriamente *intercâmbio desigual* quando dois países com diferentes níveis tecnológicos concorrem pela produção de mercadorias similares, pois nesse caso, os capitalistas dos países mais avançados obterão ganhos no comércio internacional graças à diferença na produção de valor internacional com base numa escala de trabalhos concretos de cada país. Nesse caso, segundo o autor, não se justifica falar em intercâmbio desigual, pois cada capitalista se apropria de mais, ou menos, valor e consequentemente mais, ou menos, mais-valia em relação ao tempo de trabalho de seus próprios trabalhadores (*ibidem*, p. 93), não havendo, pois, transferência de valor entre países, pois os eventuais ganhos ou perdas acontecem no momento da produção, na esfera da produção e não da troca, ou da circulação. Também não considera troca desigual as transferências de valor que porventura venham a ocorrer no momento da transformação

de valores em *preços de produção*, ainda que admita não haver consenso sobre a existência ou não de uma formação de *preços de produção* internacionais. Nesse sentido, Bettelheim afirma que

o que o espaço da representação da sociedade mercantil burguesa dissimula é que o valor resulta da ação da lei do valor, e que esta não regula a troca de “quantidades iguais de trabalho”, uma vez que as relações de troca são “acidentais e sempre variáveis” e que a forma do preço de produção não cobre, nem sequer tendencialmente, uma tal “igualdade”. (Bettelheim, 1973, p.27, aspas no original)

Se tratarmos como desigualdade das trocas o fato dos capitais de um país, no ato da troca de mercadorias, entregarem mais trabalho por menos trabalho, ainda que ambos tenham empregado o tempo médio de trabalho necessário, pode-se dizer que todo intercâmbio na sociedade capitalista será desigual. No sistema capitalista desenvolvido, a ação da lei do valor não implica que as mercadorias sejam trocadas por quantidades iguais ou desiguais de trabalho. Essa preocupação em buscar uma possível igualdade reside sim, no mundo das trocas, onde a *forma do valor* toma a dianteira do *valor*, onde a expressão monetária do *valor*, os *preços*, e por extensão os *salários*, buscam, na aparência da sociedade burguesa, estabelecer uma alegada “justiça” nos atos de troca. E se isso ocorre, dá-se em completa independência e à revelia da lei do valor (ibidem, p. 29).

Por pensar assim, Bettelheim é um dos autores que usa a expressão “troca desigual” sempre entre aspas, além de pedir ao leitor que leve em conta todas as reservas ao ler essa expressão, pois, para ele, esse é um termo que, por estar inscrito no espaço da representação da *forma valor* e das figuras ideológicas que se encontram enraizadas nesse espaço, ele serve apenas para designar, “em termos puramente ideológicos, que há uma diferença entre valor e a sua forma, entre a estrutura complexa das forças produtivas/relações de produção e o espaço da circulação” (ibidem, p. 28).

Palloix (1972) associou a *troca desigual* à diferença de nível de desenvolvimento das forças produtivas, que supõe determinadas relações de produção, as quais, juntas, estabelecem grandes diferenças no processo de geração de valor, diferenças que estarão evidenciadas e representadas no momento das trocas. Nesse caso, a interação entre essência e aparência, entre o abstrato e o concreto deveriam ser considerados no sentido de se apreender o real significado da troca desigual.

Para Amin (1976, p. 112), a desigualdade da troca traduz uma produtividade mais fraca do fator trabalho, produtividade esta que, ao contrário do que teorizava Ricardo sobre as vantagens naturais da especialização e da troca, nada tinha de natural, mas sim, histórica e estrutural. Logo, toda vantagem comparada em termos de especialização se modifica à medida em que uma economia atrasada vai progredindo.

Já Emmanuel, foco central deste artigo, estabeleceu, como objeto de sua preocupação, não o intercâmbio não-equivalente aparente, que se opera no processo de transformação dos valores em preços de produção e é tratado por ele como desigualdade do intercâmbio no sentido amplo, o que acontece devido às diferenças de composição orgânica de capital, apesar da equalização das taxas

de salários. Tal desigualdade de intercâmbio, segundo ele, já é coberta e explicada pela lei do valor e, porquanto própria do capitalismo. Merecedora de denúncia é a troca desigual que se estabelece entre capitais com composições orgânicas distintas e que, além disso, remuneram a força de trabalho de forma também desigual, ou pagam taxas de salários distintas. Nesse caso, há troca desigual em sentido estrito, sendo esta a troca que prevalece entre países ricos e pobres (Emmanuel, 1972, p. 198). Vejamos, mais detidamente, a tese de Emmanuel.

3. Arghiri Emmanuel e as trocas desiguais

De acordo com Brolin (2007, p.242), Emmanuel foi o primeiro a levantar a questão da troca desigual e inseri-la na agenda de debates. A primeira versão de seu artigo, *Échange inégal*, data de 1962³. Em 1964, uma versão em espanhol seria publicada na revista cubana, *Economica*. Naquele momento, Emmanuel também participava de outras temáticas que dominavam os círculos acadêmicos e as discussões políticas e ideológicas, tais como as vantagens da planificação econômica socialista e a deterioração dos termos de troca.

Tendo alcançado sua graduação em economia e direito na Universidade de Atenas, respectivamente, em 1932 e 1934, Emmanuel completaria o doutorado na Sorbonne, em 1968. Na École Pratique des Hautes Études, estudou planificação socialista sob a orientação do professor Charles Bettelheim. Estudioso da obra de Marx, em especial no que se refere à questão da transformação do valor em preço de produção, e tendo participado ativamente do debate marxista sobre a transição para a economia planificada, posicionando-se contra aqueles que ele denominava de marxistas ortodoxos, Emmanuel percebia a formação e crescimento de uma aristocracia proletária no seio da classe trabalhadora, argumento que, além desempenhar papel importante em sua tese da troca desigual, significava, em sua opinião, a impossibilidade histórica de uma revolução socialista nos moldes leninistas (Emmanuel, 1972b).

De acordo com Brolin (2007, p. 245), a experiência vivida por Emmanuel no Congo Belga, onde trabalhou nos negócios têxteis de propriedade de sua família, teria influenciado de modo determinante seus escritos posteriores. Tal qual um “microcosmo do mundo capitalista”, Emmanuel percebeu, em seu trabalho como comerciante na África, um elemento que se tornaria essencial em sua análise: a relação do nível dos salários com a etnia dos trabalhadores – se belgas ou não, europeus ou africanos, e suas consequências tanto sobre os preços internacionais das mercadorias, como sobre a solidariedade e a unidade da classe trabalhadora (Emmanuel, 1972b).

³ De acordo com Brolin (2006, p.250), a primeira versão do artigo de Arghiri Emmanuel sobre a troca desigual, em 1962, já veio acompanhada dos comentários críticos do seu diretor e tutor, professor Charles Bettelheim.

Para Emmanuel (1973a, p. 150), a verificação empírica que apontava para uma deterioração secular dos termos de troca⁴ em prejuízo dos países pobres colocava em dúvida as vantagens da especialização baseada na divisão internacional do trabalho, além de indicar que tal problema apresentava um caráter antes estrutural do que conjuntural. Fazia-se necessário entender por que uma categoria de países se via obrigada a trocar mais trabalho nacional por menos trabalho estrangeiro. Advogar que a causa dessa desigualdade residia nas elasticidades da procura, tese a qual atribui a Prebisch e Singer, seria o mesmo que decretar a “maldição” de alguns produtos que, ao transferirem sua produção para terras “exóticas”, não conseguiam mais remunerar capitalistas e trabalhadores na mesma medida em que o faziam quando construíram a base da riqueza e da superioridade econômica de alguns países.

O têxtil era outrora um dos pilares da riqueza dos países industrializados, o cavalo de batalha da Inglaterra; desde que se tornou na especialização dos países pobres, os seus preços mal chegam para pagar um salário miserável aos trabalhadores que o produzem e para dar um lucro médio aos capitais nele investidos, ainda que a técnica empregada seja das mais modernas. Será necessário supor que por uma coincidência extraordinária, no momento preciso em que se dava uma mudança de localização, as elasticidades da procura se invertiam? (EMMANUEL, 1973a, p. 47)

Por esse motivo, considera que a tese Singer-Prebisch cai num vazio ao depositar na natureza do produto, se primário ou secundário, a explicação para o movimento de seu preço frente a uma elevação da produtividade. Fosse dessa forma e bastaria apenas a clivagem industrial ou agrícola para se explicar a deterioração dos termos de troca. Tal explicação, segundo o autor grego, seria inócua para definir os motivos que justificariam, por exemplo, como os preços de vários produtos primários eram suficientes para remunerar capitalistas e trabalhadores de vários países em níveis compatíveis aos observados nos países mais avançados⁵. Ou mais, a aplicação do progresso técnico na produção somente significaria aumento dos rendimentos de capitalistas e trabalhadores, dependendo da elasticidade da procura pelo bem em análise.

Complementarmente, afirma que os estudiosos do assunto costumavam cair num vício, o de identificar exageradamente as exportações dos países ricos com produtos manufaturados e dos países pobres com produtos primários, na tentativa de se entender a deterioração dos termos de troca a partir dessas identidades. Por isso, considerava que confiar nas elasticidades da procura era o mesmo que colocar sobre a natureza do produto, no seu valor-de-uso, a chave para o entendimento das “tendências seculares dos termos de troca”, o que está longe de ser satisfatório, haja vista os contrafactuais empíricos que ele fez questão de realçar.

⁴ Refere-se às séries de estudos publicadas pelas Nações Unidas, a partir de 1949, que apontavam para a deterioração da ordem de quarenta por cento dos termos de troca dos países que se dedicavam à produção de produtos primários no grande jogo da divisão internacional do trabalho (Emmanuel, 1973, p. 39).

⁵ Ver a comparação que o autor estabelece entre a madeira, da Suécia e África, e o petróleo, do Oriente Médio e Venezuela, de um lado, e do EUA e Canadá, de outro, para rejeitar os seis critérios de Nurkse pelos quais, supostamente, se explicaria a baixa dos preços dos produtos primários. Cf. Emmanuel (1973a, p. 236-238).

O cobre da Rodésia ou do Congo e o ouro da África do Sul não são mais primários que o carvão que constituía, ainda ontem, um dos principais produtos de exportação da Inglaterra; o açúcar é quase tão ‘manufaturado’ como o sabão ou a margarina e certamente mais ‘manufaturado’ do que o ‘whisky’ da Escócia ou os grandes vinhos da França; o café, o cacau, o algodão (sobretudo o algodão), sofrem um processamento industrial, antes de serem exportados, tão importante ou mais do que a madeira da Suécia ou do Canadá; o petróleo exige instalações tão custosas como o aço; as bananas e as especiarias não são mais primárias do que a carne e os produtos lácteos. No entanto, os preços de uns baixam, os de outros sobem, e a única característica comum a uns e outros é o fato de serem respectivamente os produtos de países pobres e os de países ricos. (Emmanuel, 1973a, p. 46)

Em outro momento,

No entanto, estes produtos [whisky da Escócia e vinhos franceses] vendem-se a um preço suficiente para remunerar os seus operários à taxa de salários da Europa Norte-Occidental e os seus capitalistas à taxa de lucro do mundo inteiro. Tal não é o caso da indústria têxtil apesar dos equipamentos ultramodernos do Egito, da Índia ou de Hong-Kong. (ibidem, p. 143)

Portanto, decretar que os frutos do progresso técnico não migravam para a periferia do sistema porque os aumentos de salários e lucros os retinham nos países industrializados tornava-se bastante vago e impreciso, pois, se a falta de organização e sindicalização dos operários nos países subdesenvolvidos era o que os impedia de reter para si os frutos dos aumentos de produtividade, tese largamente defendida à época, seria necessário explicar quais os motivos impediam os patrões de manterem seus superlucros para si próprios nesses mesmos países. Para Emmanuel (1973a, p. 143-145), bastaria admitir que os salários pagos aos operários são a causa dos preços, e não o efeito, para que nenhuma dúvida, confusão ou paradoxo sobrevivesse.

3.1. Os salários e a condição periférica para Emmanuel

Emmanuel acreditava ser necessário atacar o postulado clássico da imobilidade dos fatores, afinal, a tese dos custos comparativos de Ricardo resistira muito bem até então, assentada apenas na imobilidade do capital, fator este que, se lhe fosse permitido fluir livremente entre os países que lhe oferecessem a maior taxa de remuneração, garantia o economista inglês, não sobreviveria qualquer diferença de taxa de lucro, nem mesmo diferença entre preços, excetuando-se aquela referente aos transportes de mercadorias de um local para outro. A determinação dos preços se daria no plano internacional obedecendo-se o mesmo raciocínio válido para o mercado interno.

Mas a realidade concreta, de acordo com Emmanuel (ibidem, p. 50), negava veementemente tal hipótese e apontava para mobilidade suficiente do fator capital e imobilidade suficientemente grande do fator trabalho, combinação capaz de permitir que uma taxa média de lucro se estabelecesse no plano internacional ao mesmo tempo em que mantinha diferenças salariais acentuadas entre os diversos países. Tais discrepâncias seriam devidas ao elemento histórico e social peculiar a cada formação social, que além de variar no tempo e no espaço, seria fundamental para se determinar o valor de subsistência da força de trabalho, e consequentemente, as taxas de salários nos diversos países.

Percepção que Emmanuel extrai da leitura de Marx, pois, se em Ricardo, os salários se regulam por uma lei fisiológica que atribui um mínimo necessário a cada trabalhador, mínimo este que a taxa de salário só ultrapassa temporariamente e que se iguala para todos os países, independentemente de concorrência internacional do fator trabalho, em Marx, as condições sócio-históricas, na ausência de concorrência internacional do fator trabalho, estabeleceriam diferenças estruturais consideráveis e perenes nas taxas de salários, o que impediria qualquer igualação mundial dos rendimentos do trabalho.

Baseado nesse pressuposto, Emmanuel (1972a, 1973a, 1973b) constrói sua tese resgatando a fórmula marxiana da transformação dos valores em preços de produção como forma de explicar o movimento dos preços no mercado mundial. Para ele, os preços de produção eram preços de equilíbrio, pois “só com este preço é que os dois fatores são remunerados à mesma taxa em todos os ramos e que deixa de haver transferências de fatores de um ramo para outro” (EMMANUEL, 1973a, p. 81). A partir daí, passa então a tratar as remunerações dos fatores como determinantes dos preços e não o contrário, como defendia grande parte da escola neoclássica, que atribuía o movimento dos preços dos fatores à livre flutuação dos preços relativos das mercadorias⁶.

Segundo Emmanuel (1973, p. 89), “não são os preços relativos que determinam as remunerações dos fatores, mas sim as remunerações relativas dos fatores que determinam os preços”; além disso, “os salários e os lucros é que são as variáveis independentes, e os preços, as variáveis dependentes do sistema”. Ele chegou a essa conclusão partindo da premissa de que os fatores de produção, capital e trabalho, não se conjugam proporcionalmente em todos os ramos de produção, o que significava composições orgânicas diferentes para os diversos capitais que atuam em cada indústria. Logo, o cálculo do valor de troca pelas quantidades relativas de fatores deixa de ser possível, restando assim a variável ‘remuneração dos fatores’ como aquela capaz de ponderar o valor de troca, haja vista as taxas de remuneração do capital e do trabalho se constituírem no denominador comum entre eles.

Base de seu argumento, Emmanuel (1973, p. 101) defendia que os preços de produção de Marx e a determinação dos preços pelas remunerações dos fatores eram teses válidas tanto ao nível das trocas internas quanto no plano internacional, caso os fatores, capital e trabalho, fossem tão móveis num como noutro campo. Como os dados apontavam para uma considerável igualação das taxas de lucro em nível internacional⁷, ele alertava para a necessidade de se abandonar a hipótese da imobilidade do capital, afinal, mais importante do que saber se a mobilidade de um fator é perfeita

⁶ Emmanuel chega a esta afirmação após explicar detalhadamente as razões essenciais para se refutar em definitivo a tese da determinação das remunerações dos fatores a partir das flutuações dos preços relativos. A questão sobre quem é a causa e quem é o efeito nesse sistema toma-lhe grande parte do capítulo primeiro de sua obra. Cf Emmanuel (1973, p. 53-89).

⁷ Cf. Emmanuel (1973, p. 98-103).

ou imperfeita, era verificar se tal mobilidade era suficiente para provocar uma tendência à igualação de sua taxa de remuneração⁸. Além disso, a realidade dava mostras da enorme evolução da exportação mundial de capitais. Em contrapartida, o fator trabalho é que deveria ser tratado como não concorrencial no nível externo, ou de grande imobilidade, pois ainda que se considere a ocorrência de um movimento migratório,

no plano internacional, não há a menor tendência para o nivelamento das taxas de salários [e por isso] os salários entre países ricos e pobres diferem hoje em dia consideravelmente mais do que no século XIX (EMMANUEL, 1973, p. 103)⁹.

Se os salários se distanciavam uns dos outros quando confrontados dois países industrializados, o contraste se ampliava consideravelmente quando comparados um país desenvolvido e outro atrasado, caso em que a deterioração dos termos de intercâmbio se tornava mais evidente, perenizando uma troca desigual. Destaque-se que essa não equivalência das trocas a qual Emmanuel designa de troca desigual, não se refere à não equivalência entre valor e preço que ocorre no processo de transformação do valor em preço de produção, onde os capitais com composições orgânicas inferiores transferem parte da mais-valia produzida para os capitais de composições orgânicas acima da média. Esta desigualdade, segundo ele, é uma condição objetiva do sistema capitalista que privilegia a inserção da mecanização e do progresso técnico na produção, remunerando em um nível mais elevado, ou transferindo valores, para os capitais que se apresentam mais produtivos, independentemente de terem gerado massas menores de valor.

A diferenciação das composições orgânicas é inelutável mesmo num modelo de concorrência perfeita; é independente do grau dessa concorrência ou das suas imperfeições. Está ligada, entre outras coisas, à natureza técnica específica dos diferentes ramos. (...) Por contraditória que seja, tal desigualdade consistia, sim, em fator de desenvolvimento econômico dentro dos marcos do capitalismo, mas não em fator de troca desigual (EMMANUEL, 1973a, p. 224 e 235).

Além disso, ressaltava que uma das hipóteses básicas na transformação de valores em preços de produção era a unicidade do mercado e de um só preço para cada mercadoria, inclusive a força de trabalho que, enquanto mercadoria no capitalismo, assegurado o regime de concorrência e operando no nível interno da nação, onde os capitais remuneram igualmente a força de trabalho, teria também de igualar seu preço, o que significaria taxas de salário iguais. A troca desigual a que se refere Emmanuel diz respeito às diferenças salariais consideráveis entre remunerações de uma mesma categoria de complexidade de trabalho, porém de países distintos.

⁸ Para Emmanuel, muito da defesa da não fluidez do capital se deu por não se perceber que grande parte do capital das burguesias dos países atrasados é que fluía para os países industrializados. Assim, o fato não era a imobilidade do capital rumo aos países atrasados, mas sim a mobilidade do capital “no mau sentido”, ou seja, perversamente em direção oposta, dos países pobres para os ricos, o que confundia sobremaneira a análise dos dados. Sobre esse assunto, ver dados estatísticos apresentados pelo autor (EMMANUEL, 1973, p. 102-103).

⁹ Ver dados que comprovam tal afirmação. Cf. Emmanuel (1973, p. 103-111).

Distinguimos entre duas formas de não equivalência: uma primeira forma aparente que provém unicamente da transformação dos valores em preços de produção, sendo as taxas de salários iguais e as composições orgânicas desiguais, e a segunda, que designamos de não-equivalência no sentido próprio, com salários e composições orgânicas desiguais. Recusamo-nos considerar a primeira forma como uma troca desigual e centramos a nossa definição sobre a segunda (EMMANUEL, 1973, p. 221).

Para Emmanuel, as variações de preços relativos não geravam correspondentes variações nos salários que, ao contrário da volatilidade dos preços internacionais, mantinham-se rígidos e bastante estáveis no longo prazo, tendo, na verdade, ampliado a diferença da remuneração da hora trabalhada em favor dos trabalhadores dos países mais avançados. Contrariamente, as discrepâncias entre os níveis dos salários nos países centrais e periféricos afetavam os preços relativos, gerando uma desigualdade nos termos de troca. Restava então elucidar a causa dessas discrepâncias salariais.

Partindo das premissas de que o “valor da força de trabalho não é determinado em primeira causalidade por um determinado número de horas, mas sim por um certo cabaz” (ibidem, p. 167); que esta cesta de mercadorias de consumo básico da classe trabalhadora corresponde à “soma de bens vitais psicológicos e fisiológicos dos operários” (ibidem, p. 176); que as variações desse mínimo vital de um lugar para outro, dadas as diferenças geográficas e climáticas envolvidas, não são suficientes para explicar as discrepâncias salariais do mercado de trabalho; e que o aumento da produtividade somente representa elevação salarial de forma indireta e mediata, ou seja, a partir do momento que reduz o tempo necessário de fabricação das mercadorias que compõem a cesta de consumo da classe trabalhadora, pois, “de forma direta e imediata, o progresso técnico e a elevação da produtividade aumentam, sim, é a mais-valia, e não os salários” (ibidem, p. 168); Emmanuel afirmava, então, que a causa da diferenciação salarial entre os países deveria ser buscada fora da arena econômica.

Porque se o salário americano for um sobressalário permanente, segue-se daí que a oferta e a procura no mercado do emprego desse país se igualam pela ação de outros fatores, que não o simples funcionamento da lei do valor, e esses fatores só podem ser fatores políticos ou sindicais. Seja qual for a origem desse sobressalário, o fato de que é um fator extraeconômico que assegura a sua perpetuação, bastar-nos-ia para provar o elemento essencial de nossa argumento, isto é, que a diferenciação dos salários é por natureza institucional. (EMMANUEL, 1973, p. 175).

Sabe-se que, para Marx, a força de trabalho deve ser tratada como uma mercadoria ordinária e, nesses termos, deve seguir estritamente a lei do valor, i.e., se há diferença de um país para outro, é por que o seu próprio valor é, de fato, diferente em um e noutro país. Mas, segundo Emmanuel a tese de Marx estaria “historicamente ultrapassada”, haja vista limitar-se “estritamente à lei do valor, o que era compreensível ao tempo dele, quando as diferenças salariais nos diversos países eram ainda muito limitadas” significando uma “elasticidade adequada do ‘mínimo vital’” que os trabalhadores, em cada país, necessitavam para subsistir e se reproduzir enquanto repositório de mão-de-obra (ibidem, p. 175). Porém, mais de um século depois, dizia ele, a realidade era distinta, pois os salários haviam se descolado completamente de tal “mínimo vital”, haja vista o salário de

equilíbrio¹⁰, aquele determinado e mantido no longo prazo por elementos fisiológicos e psicológicos, não mais representar apenas o valor da força de trabalho nos diferentes países.

A diferenciação dos salários deve-se a uma concorrência imperfeita do fator trabalho em virtude das distâncias e das fronteiras políticas, sendo a medida das imperfeições desta concorrência. O aumento contínuo da composição orgânica é uma necessidade estrutural do desenvolvimento capitalista. A disparidade dos salários é uma contingência (EMMANUEL, 1973, p. 224).

A citação acima revela a natureza extraeconômica do fator causador da troca desigual e perpetuador da condição periférica, na opinião de Emmanuel. A origem da desigualdade do intercâmbio se devia às variáveis de ordem política, sindical, institucional.

Para além de toda e qualquer alteração de preços resultante de uma concorrência imperfeita no mercado das mercadorias, a troca desigual é a relação dos preços de equilíbrio que se estabelece em virtude da perequação dos lucros entre regiões com taxas de mais-valia “institucionalmente” diferentes – significando o termo “institucionalmente” que essas taxas escapam, seja por que razão for, à perequação concorrencial no mercado de fatores e são independentes dos preços relativos (EMMANUEL, 1973, p. 122).

Ou seja, os lucros se aproximavam de uma média mundial, enquanto os salários, não. Os baixos salários pagos aos trabalhadores da periferia do sistema capitalista eram resultado da quase imobilidade do fator trabalho, que por sua vez se devia a um fato de ordem política.

Se tem preços diferentes é porque a concorrência não é perfeita, é porque se processa uma distorção da lei do valor. E o que impede esta concorrência de ser perfeita é, primeiro e antes de mais nada, o fato *político* da divisão do mundo em Estados. Na base da troca desigual está um monopólio, não de mercadorias (...), mas de operários dos países desenvolvidos. Isso não é uma necessidade estrutural do sistema capitalista (ibidem, p. 232, *itálico no original*)

A divisão do mundo em Estados, um fato político, e o impedimento da livre migração do fator trabalho para além das fronteiras nacionais, dada a institucionalização de um monopólio em favor dos supersalários pagos aos operários dos países ricos, geravam uma deformação da lei do valor que causava a distorção dos salários e, consequentemente, a dos preços, levando à troca desigual. A partir daí, os países da periferia, aqueles que pagavam salários mais baixos, não apenas recebiam menos valor no momento das trocas como também menos valores de uso, o que refletia a condição miserável de grande parcela dos trabalhadores dos países subdesenvolvidos. Depreende-se, pois, que para Emmanuel, não seria errado falar de um tipo *sui generis* de exploração no sistema capitalista mundial, a dos trabalhadores dos países centrais sobre os trabalhadores dos países periféricos.

Buscando aporte em Engels, Lenin e Bukharin acerca da formação, em certas nações, de uma aristocracia operária cujo nível de vida se sobressaía da média do proletariado mundial e cujos

¹⁰ Emmanuel distingue o salário de equilíbrio do salário de mercado. O primeiro, de equilíbrio, é o real valor da força de trabalho, determinado por uma cesta de mercadorias de consumo da classe trabalhadora, cesta esta que pode variar no tempo e no espaço e que representa as necessidades fisiológicas, biológicas, psicológicas da classe trabalhadora e que sofrem variações também devidas à evolução histórica e por fatores éticos e morais. Já o salário de mercado é determinado pela ação da lei da oferta e da procura no mercado de trabalho. Cf. Emmanuel (1973a, p. 169-180).

hábitos e interesses se aproximavam daqueles característicos da burguesia, Emmanuel afirmava que nos países imperialistas, dadas as elevadas taxas de lucros percebidas pelos capitalistas monopolistas, uma “solidariedade relativa, temporal e transitória de interesses entre o capital e o trabalho” (ibidem, p. 247) corrompia a solidariedade no interior da classe trabalhadora e, “mesmo que não fizesse desaparecer os antagonismos no interior da nação capitalista”, tal aliança de interesses, que se sustentava em aumentos salariais, acabava por colocar uma parte da classe trabalhadora dos países centrais como participante da exploração dos trabalhadores das nações periféricas, haja vista se beneficiarem dos baixos salários pagos a esses últimos.

Assim, considerando a remuneração relativa dos fatores como determinante para os preços relativos dos produtos e um tipo de monopólio político-institucional que garantia supersalários para a classe operária dos países centrais à custa do pagamento de salários baixos aos trabalhadores da periferia do sistema, Emmanuel constrói sua tese da troca desigual a partir da ideia de que “não são os termos de troca de determinados *produtos* que se deterioram, mas os de determinados *países*, independente do tipo de produtos importados por uns e outros” (ibidem, p. 347, itálicos nossos).

Como atenuante das trocas desiguais, ou como um mecanismo de defesa, aposta então na variável chave de seu modelo, recomendando o aumento dos salários. Pois o aumento dos salários eleva o consumo interno e atrai o desenvolvimento, ou como prefere Emmanuel (ibidem, p. 196), “o desenvolvimento segue a curva de consumo”. A indústria ligeira seria a primeira a se alavancar para dar vazão à elevação do consumo. Em seguida, seria a vez da indústria pesada, para sustentar o consumo produtivo da indústria ligeira.

Isso não significa que se possa aumentar de hoje para amanhã os salários dos países subdesenvolvidos de 5 centavos para 3 dólares por hora. Mas podem-se aumentar de 5 para 8 ou de 5 para 10 centavos. Sob reserva de concorrência intragrupo e na medida em que esse aumento se aplique num número mais ou menos grande de países que exportam as mesmas mercadorias, uma parte desse aumento será repercutida pelos ramos de exportação sobre o consumidor estrangeiro; outra parte será nominal porque corresponderá à alta de preços locais. Essa segunda parte será protegida. Essa própria proteção e o alargamento do mercado consecutivo à alta dos salários tornarão necessárias certa mecanização, atrairão os capitais estrangeiros para investimentos que farão subir a produtividade nos ramos anti-importação e absorverão a diferença entre salário real e nominal. (...) No mesmo momento em que se torna possível novo aumento de salários, de 8 para 12 ou 10 para 15 centavos, ocorre nova defasagem entre salário nominal e real, nova proteção, e assim sucessivamente. É a via capitalista de desenvolvimento (EMMANUEL, 1973a, p. 196).

Mas o autor percebe que tal política encontra limitações, afinal, todo aumento de salários repercute no mercado e nos preços, o que pode significar perda nas exportações em se tratando de economia mundial. Além disso, há ramos que necessitam de elevados aportes de investimentos. Na impossibilidade de aumento dos salários, sugere, como forma de atenuar a troca desigual, o “único meio que resta”, i.e., o aumento artificial dos preços de produtos exportados pelos países pouco desenvolvidos, ou, o que é o mesmo, uma taxa de exportação com o intuito de aumentar artificialmente os preços dos bens escoados pelos países pobres.

Na impossibilidade de aumentar os salários, (...) o único meio que resta aos países subdesenvolvidos para impedir o escoamento para o exterior do excedente da mais-valia por via da troca desigual é compensar a desigualdade da taxa de mais-valia por meio de uma taxa de exportação, a qual aumenta o contravalor monetário da mercadoria sem aumentar nem os custos reais sociais da sua produção, nem o lucro do capitalista produtor (EMMANUEL, 1973a, p. 298).

Em resumo, a tese de Emmanuel consistia em buscar uma explicação para a deterioração de longo prazo dos termos de troca em prejuízo dos países produtores de bens primários. A troca desigual era a chave para esta explicação. Troca desigual que, em sua opinião, se estabelecia devido às consideráveis diferenças salariais, haja vista a baixa mobilidade internacional do fator trabalho. Diferenças salariais que se refletiam nos preços dos produtos de cada país, uma vez que estes preços são determinados pelos custos dos fatores e não o contrário. Assim, no momento das trocas internacionais, os lucros se transferiam dos países pobres, que pagavam salários baixos e, portanto, tinham preços relativos menores, para os países ricos, cujos salários eram mais elevados e, em consequência, os preços de seus produtos também. Os aumentos de salários ou as taxas de exportações sobre os preços dos produtos intercambiados seriam a saída para a correção da troca desigual

4. À guisa de conclusão, uma crítica à tese de Emmanuel

De acordo com Bettelheim (1973, p. 18), a importância maior da obra de Emmanuel residia no fato dela ter evidenciado as fraquezas, insuficiências e o “caráter ilusório da teoria clássica e neoclássica do comércio internacional”. A não validade da teoria dos custos comparativos, bem como a crítica às supostas vantagens que a divisão internacional do trabalho assentada em bases capitalistas traria a todos as economias participantes do comércio internacional eram, em sua opinião, elementos fundamentalmente positivos dentro da contribuição de Emmanuel (BETTELHEIM, 1972, p. 34).

No entanto, apesar de todo rigor teórico, da riqueza da obra e da posição de solidariedade de Emmanuel para com os povos pobres, oprimidos e explorados pelo imperialismo, Bettelheim o acusa de manter sua tese na superfície dos problemas, o que o leva a sugerir o aumento de salários como solução para as *trocas desiguais*. Além disso, afirma que Emmanuel usa termos, expressões, conceitos e categorias típicos da crítica de Marx – autor que, segundo ele, separou de fato a Economia Política em geral da verdadeira crítica da economia política – para apenas reintegrá-los numa abordagem que ele considera pré-crítica. Para Bettelheim (1973, p. 40), Emmanuel utiliza uma argumentação teórica que se identifica com a ideologia pequeno-burguesa, a partir do momento que não reconhece o corte epistemológico produzido pela ciência marxiana. Assim, oblitera de seu argumento um fator fundamental da estrutura complexa que compõe o sistema marxiano, a saber, as condições sociais e materiais da produção. Ao considerar os salários como

variável exógena de seu "modelo", Emmanuel toma a liberdade de promover variações nessa variável, independentemente de qualquer alteração das condições sociais e materiais da produção, as quais são expressão do nível de desenvolvimento das forças produtivas, do grau de inserção do progresso técnico, do nível da composição técnica e orgânica do capital, dos preços de produção e, até mesmo, das condições em que se desdobram as trocas internacionais. Ao proceder assim, Emmanuel passa a falsa impressão de que os baixos salários pagos nos países subdesenvolvidos não estavam relacionados a tais fatores.

É a natureza da combinação específica das forças produtivas e das relações de produção dos países pobres, sob a égide das relações mundiais capitalistas, que constituem a base objetiva da “pobreza” de certos países, os países dominados, e que explicam os salários baixos e a “troca desigual”. Para escapar de forma durável à “troca desigual”, não existe outro meio a não ser transformar essa base objetiva e, portanto, eliminar as relações de produção que “entravam o desenvolvimento das forças produtivas”. (BETTELHEIM, 1973, p. 46, aspas no original).

Para Bettelheim, essa interpretação errônea de Emmanuel deve-se à análise equivocada que ele realiza sobre a categoria ‘preço de produção’, de Marx. Tratando o preço de produção, no caso do sistema capitalista completo, i.e., com mais de um fator de produção, não como uma forma transformada do valor, mas sim como somatória das várias remunerações dos fatores, entre elas os salários, Emmanuel corrompe tal conceito ao permanecer apenas naquele estado aparente que Marx designou de “ilusão da concorrência” (BETTELHEIM, 1973, p. 35).

Após esse breve resumo das críticas de Bettelheim ao seu aluno, as quais vieram à tona simultaneamente ao lançamento da obra original de Emmanuel, apresentamos nossa crítica ao marxista greco-francês. Em nosso entendimento, apesar de buscar uma interpretação da realidade econômica mundial a partir do método e da teoria de Marx, evidencia-se a frustração do esforço de Emmanuel, que acaba mesmo por corromper a teoria marxista do valor e apresentar uma análise cujo caráter superficial e anticrítico é a completa negação do pensamento de Marx. Tendo como foco de suas preocupações a expressão monetária do valor, na tentativa de eleger os salários como variável determinante de seu modelo, ele se afastou da autêntica análise marxista, calcada no espaço da produção de valor e de mais-valia, dimensão onde opera a combinação relações de produção/forças produtivas e na qual a luta de classes toma forma e sentido de existência.

Emmanuel abandona a essência da análise marxista, pois toma a forma do valor em lugar de seu conteúdo, a aparência pela essência, o valor de troca pelo valor, ocultando, ao invés de revelar, o conflito de classe que se estabelece na produção capitalista e o conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Isso o permite fazer afirmações que não se sustentam no espaço da teoria do valor de Marx, como: “um salário de mercado (...) que se estabelece acima do salário de equilíbrio por determinado período de tempo (...) expressa um novo valor da força de trabalho no

mesmo país”, ou ainda, “as desigualdades dos salários atuam sobre os preços dos produtos e, daí, sobre o desenvolvimento econômico e não o contrário”; entre outras.

Além de desconsiderar a relação geral que torna os processos sociais da produção, distribuição, troca e consumo como partes de um todo indivisível e indissociável, Emmanuel relegou a precedência que uma profunda investigação desses processos sociais deveria ter em relação às hipóteses de assalariamento e de determinação de preços-relativos. Pode-se mesmo afirmar que Emmanuel pressupõe o processo de distribuição, e mesmo o de consumo, como autônomos, independentes ou externos à produção, haja vista os graus de liberdade dados às variáveis salário e preço. Se, por um lado, a distribuição e o consumo estão vinculados a produção, pois um aumento dos salários, em seu entender, afeta os preços e atrai o desenvolvimento econômico, o que demonstra certo grau de inter-relação entre esses processos, o mesmo não se pode afirmar quando Emmanuel desvincula a elevação do salário do processo de produção.

Ora, sabe-se que, para Marx (2007, p. 242 et seq.) antes de distribuição de produtos entre as classes sociais este processo nada mais é que o resultado de uma outra distribuição, que se opera anteriormente na esfera da produção e que se refere à distribuição de instrumentos de produção e distribuição de indivíduos entre os diferentes ramos de produção. Portanto, a distribuição é também produto da produção e interfere na organização da produção, afinal “o indivíduo que participa da produção sob a forma de trabalho assalariado participa, sob a forma de salário, dos produtos, dos resultados da produção” (ibidem, p. 249). Num exercício de dialética, Marx refaz o caminho, colocando por sua vez a produção como sendo o resultado da distribuição, no intuito de demonstrar que qualquer tentativa de interpretação isolada dos quatro processos – produção, distribuição, troca e consumo, tornam-se abstrações vazias se tratados fora da totalidade.

Assim sendo, para Marx, o salário deve ser considerado sob duplo aspecto, pois se na produção ele indica um agente desse processo, na distribuição ele aparece também como um de seus atributos, reclamando parte dos produtos conforme a organização e o controle dos meios de produção no processo produtivo. O mesmo acontece com o lucro, outro atributo da distribuição, porém indissociável da mais-valia, pois criado no momento da produção e condicionado pelo salário, haja vista o trabalho assalariado, para Marx, ser a fonte inequívoca e perene do capital. Somente por meio dessas digressões torna-se possível revelar todas as formas de não equivalência que se ocultam sob a aparente equivalência existente nas trocas mercantis.

Apesar de anunciar uma pretensa base marxista sobre a qual repousavam seus argumentos, Emmanuel desconsiderou também o alerta de Marx, de que apesar de “parecer mais correto” iniciar a análise da economia de um país pelo que há de mais “concreto e real nos dados”, “pelo todo vivo”, “pelos diferentes ramos da produção, seu estabelecimento nas cidades, nos campos (...) pela exportação e a importação, pela produção e o consumo anuais, pelos preços das mercadorias, etc.”

(MARX, 2007, p. 255-257), o método que assim o fizesse “seria falso”, pois se perderia em determinações abstratas, em conceitos e palavras vazios de conteúdos porque desprovidos dos reais elementos que os compõem.

Tal desconsideração permitiu a Emmanuel defender o aumento nominal dos salários na periferia sem qualquer variação correspondente dos fatores reais que compõem seu conteúdo, ou seja, da jornada de trabalho, do produto-valor dessa jornada, da força produtiva ou da intensidade do trabalho, da proporção da jornada que se divide entre trabalho necessário e mais-trabalho, do valor das mercadorias de consumo da classe trabalhadora, do valor da força de trabalho. Em outras palavras, um aumento salarial por decreto, preferencialmente em setores chaves da economia que comportassem tal aumento salarial e naqueles que, em caso de concorrência estrangeira, pudessem ser protegidos por tarifas alfandegárias. Desse modo, seguindo o raciocínio de Emmanuel, as consequências necessárias do aumento salarial seriam a ampliação do mercado, da mecanização, do progresso técnico, da produtividade, do volume de capital, em suma, da massa de valor produzida, o que permitiria igualar-se salário nominal e real, a partir do que um novo aumento de salário seria possível, como numa espiral crescente. Esta seria a suposta “via capitalista de desenvolvimento” (EMMANUEL, 1973a, p.196).

Ao desconsiderar a ligação entre o nível de inserção do progresso técnico na produção de mercadorias e o valor das mercadorias, Emmanuel parece se esquecer do fato inexorável de que a força de trabalho é a mercadoria por excelência no sistema capitalista. Isso o permite sugerir, como resposta para as trocas desiguais entre o centro e a periferia, a simples elevação artificial do preço da força de trabalho, ou seja, o aumento dos salários, pois acreditava que este elevaria o consumo interno, atrairia o desenvolvimento, amenizaria os efeitos da troca desigual e diminuiria a diferença entre os níveis de vida dos países ricos e pobres. Afinal, para Emmanuel (1973a, p. 196), “o desenvolvimento segue a curva de consumo”.

Depreende-se daí que, para Emmanuel, um aumento no preço da força de trabalho seria suficiente para gerar uma variação na grandeza do valor da produção. Como se dissesse que a forma do valor, o valor de troca determinasse a substância geradora do valor, e não o contrário. Ou, nas palavras de Emmanuel, a forma valor fosse a variável independente do modelo. Ora, sabemos que, ao contrário, para Marx (1983b, p.129) “o valor da força de trabalho determina o valor do trabalho ou, expresso em dinheiro, o seu preço necessário”; que “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio” ou que “o valor da força de trabalho somente pode variar variando a força produtiva do trabalho” (ibidem, p. 115). Assim, um revolucionamento nas forças produtivas do trabalho, especialmente do tipo que afete a produção de bens de consumo da classe trabalhadora fará variar o salário, e não o contrário.

O valor da força de trabalho é uma categoria central na teoria marxiana, haja vista a partir dela, revelar-se a divisão da jornada de trabalho entre trabalho necessário, pago ao trabalhador, e mais-trabalho, extraído, e não pago ao trabalhador. Em contrapartida, Marx (1983b, p. 130) afirmava que, por sua vez, “a forma salário extingue todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago”. A forma salário oculta, portanto, a real fonte de mais valor na sociedade capitalista. Emmanuel segue, justamente, a forma salário, a que oculta a relação entre trabalho pago e não pago. Daí o conflito entre capital e trabalho ser tão pouco explorado pelo autor, que prefere argumentar acerca da exploração entre países.

Sem embargo, Emmanuel considera, em seu modelo, que os salários determinam os preços das mercadorias, assunto acerca do qual cabem algumas importantes interposições. Marx (1982, p. 152), trazendo a sua análise para o nível prático, pois a desejava assimilável pela classe operária, afirmou, em 1865, durante conferência para o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, que somente os “escritores antiquados de economia política defendiam a tese de que os salários regulam os preços (...)”. À época, se dirigia de forma crítica ao operário inglês John Weston, mas bem poderia estar se dirigindo a Emmanuel, quando afirmou que havia um “dogma na Economia Política”, o de que “os preços das mercadorias são determinados ou regulados pelos salários”, e que tal não passava de “heresia antiquada e desacreditada” (ibidem, p. 151); em outro momento, reitera sobre esse “velho erro, tão divulgado e gasto de que ‘os salários determinam os preços’”. Para Marx, tal premissa já teria sido “destruída até os fundamentos por Ricardo, em sua obra *Princípios da Economia Política*, em 1817” (ibidem, p. 152) e somente a economia vulgar continuava crendo nessa ordem de determinação.

Afinal, é ponto comum que, para Marx, uma mercadoria só tem valor por ser cristalização de trabalho social. Por isso, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho social médio necessário para produzi-la em um dado estado da sociedade, sob certas condições sociais médias de produção, a partir de uma dada intensidade social média e com uma destreza média do trabalho empregado em sua produção. Ora, torna-se evidente, portanto, que o valor de uma mercadoria, e a força de trabalho enquanto tal, varia conforme a força produtiva do trabalho. Já o valor de troca, o preço, não é senão a expressão em dinheiro do valor, mas sem qualquer condicionamento pelo nível dos salários pagos aos operários ou qualquer garantia de que expressará a real quantidade de trabalho social cristalizado na mercadoria, afinal “retribuição do trabalho e quantidade de trabalho são coisas perfeitamente distintas” (MARX, 1982, p. 154).

Assim, afirma Marx, nada impede que o salário, simples remuneração da força de trabalho, varie e se distancie do verdadeiro valor da força de trabalho, o que não significa que ele poderá ser atribuído aleatoriamente, como o pretende Emmanuel, sem qualquer relação seja com o valor dos

meios de subsistência necessários para manter e reproduzir a classe operária, seja com o produto-valor do trabalho ou com o valor das mercadorias produzidas durante a jornada de trabalho, afinal “os salários dos operários achar-se-ão limitados pelos valores dos produtos por eles produzidos, apesar de os valores de seus produtos não se acharem limitados pelos salários” (ibidem, p. 155). E se aos capitalistas interessava “encher os bolsos o mais que possa” (ibidem, p. 138), tal vontade os levaria, sem sombra de dúvida, a achatar os salários a um nível próximo do mínimo necessário à sobrevivência da classe trabalhadora, o que significa que, qualquer aumento salarial teria de ser, antes de tudo, arrancado à classe capitalista por meio de greves, da pressão dos *trade unions* e da união da classe trabalhadora.

Emmanuel sequer pondera esse importante aspecto da teoria do valor, imanente à própria luta de classes, quando defende o aumento nominal dos salários, como também desconsidera todas as outras determinações sobre as quais repousa a teoria marxiana no que tange o valor da força de trabalho e de sua remuneração, o salário:

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio (...) em determinada época de determinada sociedade (...) cuja massa pode ser tratada como uma grandeza constante. O que muda é o valor dessa massa (MARX, 1983b, p. 113).

E, em seguida, o ponto principal da teoria de Marx sobre o assunto, ponto esse negligenciado por Emmanuel.

Uma vez suposto isso, verifica-se que as grandezas relativas do preço da força de trabalho e da mais valia *são condicionadas por três circunstâncias*: 1) a extensão da jornada de trabalho ou a grandeza extensiva do trabalho; 2) a intensidade normal do trabalho ou a sua grandeza intensiva, de modo que determinado quantum de trabalho é despendido em determinado tempo; 3) finalmente, a força produtiva do trabalho, de tal forma que *segundo o grau de desenvolvimento das condições de produção* o mesmo quantum de trabalho fornece no mesmo tempo um quantum maior ou menor de produto (op. cit; loc. cit; grifos nossos)

Emmanuel não investiga as variáveis fundamentais relativas às jornadas de trabalho vigentes nas economias centrais e periféricas, tais como a grandeza e a intensidade do trabalho, o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas nos diversos setores dessas economias, ainda que Marx tenha dedicado um capítulo d'O Capital para tratar da diversidade dos salários nacionais, haja vista perceber que a diferença de salários entre os diversos países dependia de “certa intensidade média do trabalho” válida para cada país. Assim,

Na comparação de salários nacionais devem ser pois considerados todos os momentos determinantes da variação na grandeza de valor da força de trabalho, preço e volume das primeiras necessidades vitais naturais e historicamente desenvolvidas, custos da educação do trabalhador, papel do trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, sua grandeza extensiva e intensiva (MARX, 1983b, p. 145)

Destaque-se, em seguida, a ressalva de Marx contra os argumentos superficiais sobre o tema, classe em que se encaixa a tese de Emmanuel.

Mesmo a comparação mais superficial exige, antes de tudo, reduzir o salário médio diário para os mesmos ofícios em diferentes países à igual grandeza da jornada de trabalho. Após tal equiparação dos salários diários, o salário por tempo tem de ser de novo traduzido em salário por peça, pois apenas o último permite medir tanto o grau da produtividade como o da grandeza intensiva do trabalho (op. cit; loc. cit).

Da análise de Emmanuel resulta, portanto, uma perspectiva reacionária em se tratando de uma proposta de interpretação do desenvolvimento capitalista que se pretendia marxista. Pode-se mesmo afirmar, assim como o faz Bettelheim (1972, 1973), que na perspectiva de Emmanuel há, na verdade, a negação dos conflitos de classe especialmente nos países industrializados. Construindo sua tese no espaço reservado à representação da forma valor e depositando na variável salário o poder de determinação dos preços, Emmanuel detém-se não nas condições de produção em si, mas na forma como estas se manifestam. Cabe aqui recordar Marx (1983b, p. 128): "que na aparência as coisas se apresentam frequentemente invertidas, é conhecido em quase todas as ciências, exceto na Economia Política".

Apesar do olhar crítico sobre o capitalismo mundial, de considerar esse modo de produção eminentemente polarizador e desigual, Emmanuel não avançou no que diz respeito a apresentar uma teoria revolucionária que resultasse na redução da transferência de valor que se opera no intercâmbio mundial capitalista em detrimento da periferia do sistema. A associação direta entre a condição subdesenvolvida dos países da periferia e o nível de salários pago às massas proletárias periféricas, sem intermediação da teoria do valor, negligenciava os problemas fundamentais do subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que deixava a impressão otimista sobre a possibilidade de se amenizar os conflitos de classe no sistema capitalista a partir de um aumento arbitrário nos salários pagos aos trabalhadores dos países subdesenvolvidos.

Talvez Emmanuel não tivesse percebido sequer o óbvio, o aparente, o fato de que os grandes capitais industriais migravam para os países atrasados justamente pelo fato de, nestes, poderem pagar salários bem menores do que aqueles pagos em seus países de origem, contrarrestando assim, ao menos temporariamente, a queda tendencial da taxa de lucro. Ao primeiro sinal de elevação dos salários, os capitais partiriam em busca de novas áreas onde pudessem continuar garantindo um sobrelucro.

Referências

- AMIN, Samir. El comercio internacional e los flujos internacionales de capitales. In: AMIN, Samir et al. **Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual**. Cuadernos de Pasado e Presente, n. 24. Cordoba: Ediciones Pasado e Presente, 1972. p. 63-96.
- AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- BETTELHEIM, Charles. Intercambio internacional e desarrollo regional. IN: AMIN, Samir et al. **Imperialismo e comercio internacional: el intercambio desigual**. Cuadernos de Pasado e Presente, n. 24. Cordoba: Ediciones Pasado e Presente, 1972. p. 33-61.

BETTELHEIM, Charles. Comentários Teóricos. In: EMMANUEL, Arghiri. **Troca desigual**.v.2. p. 9-80. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. (Série Teses)

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na cepal — uma resenha. In: Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na cepal**, v. 1, p. 13-60. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, Unicamp, Campinas, n.33, p.83-104, 2011. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo241artigo4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

BROLIN, John. The bias of the world: a history of theories of unequal exchange from mercantilism to ecology. **Lund Studies in Human Ecology**. 2007. 383 f. Dissertation (Masters in Human Ecology) - Human Ecology Division, Lund University, Sweden, 2007. Disponível em: <<http://www.lunduniversity.lu.se/o.o.i.s?id=12683&postid=25251>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BROWN, Michael Barratt. **A economia política do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

EMMANUEL, Arghiri. El intercambio desigual: una introducción. IN: AMIN, Samir et al. **Imperialismo e comercio internacional: el intercambio desigual**. Cuadernos de Pasado e Presente, n. 24. Cordoba: Ediciones Pasado e Presente, 1972a.p. 1-31.

EMMANUEL, Arghiri. El proletariado de los países privilegiados participa en la explotación del tercer mundo. IN: AMIN, Samir et al. **Imperialismo e comercio internacional: el intercambio desigual**. Cuadernos de Pasado e Presente, n. 24. Cordoba: Ediciones Pasado e Presente, 1972b. p. 163-168.

EMMANUEL, Arghiri. A troca desigual. v. 1 e 2. Lisboa: Estampa, 1973a. (Série Teses)

EMMANUEL, Arghiri. Respuesta a Charles Bettelheim. In: EMMANUEL, Arghiri. **El intercambio desigual: ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales**. v. 1 e 2. Mexico: Siglo XXI, 1973b. p. 359-378.

EMMANUEL, Arghiri. La disparidade de los saláries e la desigualdad del desarrollo. In: EMMANUEL, Arghiri. **El intercambio desigual: ensayo sobre los antagonismos en las relaciones económicas internacionales**. v. 1 e 2. Mexico: Siglo XXI, 1973c. p. 395-423.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a Contribuição à crítica da economia política de Karl Marx. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 271-283.

MANDEL, Ernest. **After imperialism?** Marxist Internet Archive, 1964a. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/mandel/index.htm>> Acesso em: 18 de agosto de 2013.

MANDEL, Ernest. **The economics of neo-capitalism**. Marxist Internet Archive, 1964b. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/mandel/index.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1983a. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital**. Livro I, tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1983b. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital**. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1984a. (Os economistas)

MARX, Karl. **O capital**. Livro III, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1984b. (Os economistas)

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Difel, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.v. 3.

PALLOIX, Christian. La cuestion del intercambio desigual: una critica de la economia politica. In: AMIN, Samir et al. **Imperialismo y comercio internacional: el intercambio desigual**. Cuadernos de Pasado e Presente, n. 24. Cordoba: Ediciones Pasado e Presente, 1972. p. 97-129.

PALLOIX, Christian. **Research work's hypothesis-construction**. Paris, 1999. Disponível em: <http://www.christianpalloix.com/siteenglish/pro_critiqueeconomie_en.php>. Acesso em: 12 ago. 2013.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: Bielschowsky, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na cepal**, v. 1, p. 90-152. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apresentação. In: BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.